

Newton Malveira Freire, SEDUC CE

Mayara Tâmea Santos Soares, UFC

Iara Danielle Ferreira Bandeira, SEDUC CE

Brena Kécia Andrade de Oliveira, SME Guaiúba

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O ensino da diferença na sociologia – Como pensar gênero e outras categorias de articulação em sala de aula?

A EMERGÊNCIA DAS DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NAS AULAS DE SOCIOLOGIA

Belém, Pará

2021

## INTRODUÇÃO

A presença da disciplina de Sociologia nos currículos escolares da educação básica, bem como sua oferta nas séries do Ensino Médio, são imprescindíveis para a promoção do ensino sobre gênero e sexualidade na escola, com o intuito de romper com as estruturas de uma educação marcada pelo sexismo, preconceito e desrespeito à diversidade.

Decerto, a Sociologia é uma disciplina que tem um grande potencial para trabalhar com discentes, uma multiplicidade de questões que repercutem diretamente na vida estudantil e na comunidade escolar. Nesse contexto, a escola cumpre um papel de mostrar aos filhos e às filhas de diferentes núcleos familiares que existem muitas outras formas de ser homem e de ser mulher. É um compromisso fazer com que a adolescente e o adolescente entre em contato com pessoas provenientes de famílias com valores diversos e aprenda a conviver numa possível relação de igualdade com elas. O momento atual revela que vivemos fortes críticas a temas como gênero, diversidade, desigualdade e direitos humanos, bem como a tentativa de suprimi-los dos currículos escolares, como aponta Gonçalves (2019, p. 32) e como bem reforça Bodart (2019, p. 138).

O presente trabalho constitui o excerto de uma pesquisa de mestrado, concluída no ano de 2020. Ele tem como objetivo mostrar como os estudantes secundaristas reconhecem a necessidade da abordagem de conteúdos envolvendo temas relacionados ao gênero e à sexualidade, por entenderem que ajudariam a superar o discurso vazio de referências para promover a desnaturalização e estranhamento, necessários para o amadurecimento intelectual

A investigação empírica contou com a participação de 211 estudantes da 3ª série do Ensino Médio, com intervalo etário de 16 e 17 anos, dos quais 98 são homens e 113, mulheres. Os dados revelaram que, ao trabalharmos questões de gênero e sexualidade, estamos fortalecendo pessoas para que elas conheçam seus direitos e se percebam como sujeitos responsáveis por suas relações e reflexões das suas práticas.

Em torno da temática, consideramos indeclinável imaginar uma educação sem discussões acerca da diversidade. A negação a este ato é preocupante e, infelizmente, algumas manifestações, depoimentos e ações, seja na esfera política ou abertamente na sociedade civil, estão conduzindo a uma involução no que tange às práticas saudáveis nas relações humanas. Não discutir com os jovens acerca desses temas é omitir uma educação fundamentada nos 4 pilares apresentados por Delors (1998, p.89). Indubitavelmente, a discussão deve existir, e, por sua vez, se desenvolver em termos essencialmente didáticos.

Na parte inicial do trabalho escrito, fizemos uma breve exposição de como a escola se torna uma das instituições mais indicadas para o debate das temáticas expostas, já que um dos objetivos declarados pela escola brasileira é educar para a cidadania, conforme destaca o art. 205 da Constituição de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Nesse aspecto, ressaltamos o papel e a importância da componente curricular Sociologia na promoção do debate, no diálogo com os jovens, atendendo às demandas desses atores sociais, ensinando conteúdos relacionados à preservação da vida e aos direitos humanos.

O artigo segue com uma descrição sucinta do lócus da pesquisa empírica, mostrando como foi realizado o encadeamento metodológico, e, posteriormente, expondo parte dos resultados do estudo investigativo, trazendo algumas falas das respondentes e dos respondentes, na tentativa de aproximar ainda mais a leitora e o leitor do tema desenvolvido.

Por último, explanamos as considerações em torno do objeto de pesquisa apresentado e como ele serviu para reforçar ações que valorizem, com maior consciência e sensibilidade, as práticas educativas construídas em constante diálogo com a juventude escolar. Nesse sentido, esperamos que o estudo possa esclarecer alguns pontos eventualmente já abordados em outras publicações, além de servir também de base e motivação para outras incursões científicas nesse campo.

## **DESENVOLVIMENTO**

Se você é professora ou professor da educação básica, leciona Sociologia em uma ou todas as séries do Ensino Médio, mesmo sem ter formação específica na área, certamente já se deparou com alguma embaraçosa situação quando a temática era gênero e sexualidade.

A temática encontra ainda resistência em ser abordada por educadores, por diversas razões, segundo a literatura; entretanto, Soares e Monteiro (2019, p. 289) consideram que a retirada dos temas gênero e orientação sexual do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) removeu não só a sua legitimidade, como também colocou os docentes e as docentes em certa dificuldade para abordar os diversos aspectos desse conteúdo programático raramente presentes nos livros didáticos.

Além das questões legais, impeditivos tais como: crenças e preceitos religiosos, desconhecimento e preconceito das famílias em torno do assunto, a postura da escola, o não engajamento de outros professores que formam o corpo docente da instituição, entre vários, aparecem para que essa temática seja possivelmente refutada do plano curricular anual de ensino, o que é prejudicial para a formação dos estudantes, pois eles permanecerão com uma visão unilateral sobre a realidade, presos ao que aprenderam na convivência com os demais, graças ao discurso do senso comum.

As iniciativas voltadas para abordagem da diversidade sexual no contexto da rede pública de ensino representam um desafio frente aos diferentes valores e normas morais, culturais, religiosas e familiares que permeiam os temas gênero e sexualidade, como ilustram os avanços e recuos que ainda se fazem presentes na segunda década do século XXI. Como indicado, essa tensão é resultado de forças conservadoras diante de conquistas no plano dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos. A pressão exercida por esses grupos tem impacto nas políticas públicas, especialmente na área da Saúde e da Educação [...] (SOARES & MONTEIRO, 2019, p. 302).

Quando dificultamos o contato dos jovens com esses conhecimentos, se torna cada vez mais difícil avançar com novas políticas públicas. Quando tolhemos dos estudantes o direito de conhecerem minimamente esse argumento, tudo indica que eles não terão a oportunidade de debaterem, expressarem opiniões, pontos de vista, esclarecerem dúvidas, formularem questionamentos e avançarem como pessoas escolarizadas independentemente de qualquer situação.

A impressão que temos é que nos últimos anos, principalmente na gestão de um presidente, curiosamente, sem partido, a aproximação dos educandos com a temática trazida têm se transformado em um verdadeiro campo de batalha do ódio e da intolerância. Isso, lamentavelmente, reflete naquilo que identificamos e vemos na convivência com os jovens na escola. O que eles trazem se torna bem visível em determinadas falas, discursos, comportamentos e atitudes. Contudo, do ponto de vista educativo, isto é algo entendível, afinal esses adolescentes reproduzem e difundem o que eles ouviram de outrem, o que para eles, supostamente, é o correto.

É a partir daí que devemos atuar enquanto professores, apresentando outros conceitos, outras possibilidades de entender, muitas vezes, o que é básico, como por exemplo, a sexualidade, no sentido aqui trabalhada, que nada tem a ver com o que pensa o senso comum, ou seja, relacionada apenas ao desejo erótico. Falar de gênero não é ideologia, não implica em catequização ou desvio de personalidade. Percebe-se, então, o quanto é fundamental que essa pauta seja tratada, pois, caso contrário, a violência contra as minorias vai continuar existindo,

inclusive na escola, de forma a permitir que o machismo impacte negativamente no aprendizado e na auto percepção de meninas e meninos, o que, por sua vez, poderá acarretar futuramente em novos indicadores de evasão escolar.

Para cumprir esse papel, encontramos nas aulas de Sociologia um espaço condizente e propício para que tais temáticas sejam debatidas em sala. Essa disciplina, com base nos estudos e evidências científicas, consegue ensinar e relacionar conteúdos à realidade dos estudantes com maior consistência teórica. Porém, convém deixar claro que ela não deve ser vista como a única componente curricular responsável por trazer à tona e expor temas como gênero e sexualidade. Esse cômputo, nem ela ou nenhuma outra matéria isolada conseguirá fazer um trabalho com resultados satisfatórios.

A escola precisa incluir essas questões em seu Projeto Político Pedagógico, no currículo, nas matrizes de ensino, planos, ações e projetos. Esse esforço, contudo, deve ser coletivo e não exclusivo da Sociologia, pois de nada adiantará promover tais debates nos metros quadrados da sala de aula, se esses temas não circularem e passarem a fazer parte democraticamente dos outros ambientes educacionais, visto que os “estudos científicos sobre tais temáticas, fundamentais para a promoção da igualdade de gênero, constituem um pilar importante para viabilizar a cidadania ativa”, como destaca Souza (2019, p.105).

Por conseguinte, entendemos que o melhor lugar para que os estudantes aprendam, vivenciem e ponham em prática seus conhecimentos adquiridos é a escola. E essa instituição, "caleidoscópico de identidades e orientações" (JUNQUEIRA, 2020, p.161), sendo ela pública ou privada, deve se constituir em um campo múltiplo de incursões científicas, de desenvolvimento dos saberes históricos acumulados, da promoção dos mais variados debates para que esse ambiente oportunize aos jovens que estão nele matriculadas e matriculados, uma escuta ativa e lugares de fala para que construam seus aprendizados de forma democrática. Todo esse conjunto de conteúdos, temáticas, atividades e assuntos contribui para que os discentes (re)formulem diferentes olhares sobre a sociedade e os fenômenos presentes nela. Dayrell (2001, p.4) nos apresenta em seu texto a relação que a escola tem com a diversidade de seus estudantes e como essa diversidade preenche e constrói a vida escolar.

Cotidianamente, por uma complexa trama de relações sociais entre os sujeitos envolvidos, que incluem alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos. Um processo de apropriação constante dos espaços, das normas, das práticas e dos saberes que dão forma à vida escolar. Fruto da ação recíproca entre o sujeito e a instituição, esse processo, como tal, é heterogêneo. [...]

[...] Assim, independente do sexo, da idade, da origem social, das experiências vivenciadas, todos são considerados igualmente alunos, procuram a escola com as mesmas expectativas e necessidades. Para esses professores, a instituição escolar

deveria buscar atender a todos da mesma forma, com a mesma organização do trabalho escolar, mesma grade e currículo. A homogeneização dos sujeitos como alunos corresponde à homogeneização da instituição escolar, compreendida como universal (DAYRELL, 2001, pág.2-4).

Sendo assim, para que essa instituição se torne um espaço completo no exercício da função de aprender e ensinar, é imprescindível que professoras e professores, estudantes e toda a comunidade educacional estejam atentos às mudanças e as questões que envolvem as vivências que perpassam o cotidiano das relações estabelecidas no interior dessas unidades escolares, dado que é possível identificarmos situações onde o preconceito e a discriminação são explícitos, seja por parte dos discentes, funcionários em geral como também do alunado. Superar episódios assim exigirá, sem dúvidas, um esforço e um determinado grau de comprometimento para torná-lo possível.

Para tanto, percebemos que a abordagem de determinadas temáticas como as que envolvem gênero e diversidade estão sendo silenciadas em alguns estabelecimentos de ensino, tendo se tornado pontos de polêmicas e de rechaçamento de vozes docentes na sala de aula. Segundo Gonçalves (2019, p.32), os elementos dessa conjuntura desfavorável à educação estão no bojo de uma onda conservadora, onde os educadores são taxados de “doutrinadores ideológicos” pelo Movimento Escola Sem Partido:

Acusações, demissões, perseguição aos professores em sala de aula, sendo estas muitas vezes filmadas pelos alunos e posteriormente expostas nas redes sociais, cerceamento de seu trabalho, sendo alguns temas proibidos ou desaconselhados abertamente, sobretudo os que diziam respeito à diversidade e as questões de gênero. (GONÇALVES, 2019, p. 32)

Martins e Oliveira (2019, p.133) reforçam a ideia de que estamos vivendo a supressão de questões de gênero nos livros didáticos como parte de um projeto reacionário. Uma vez que as temáticas de gênero e sexualidade deixam de estar contidas nesses “artefatos culturais” (MEUCCI, 2014, p. 211), o grau de visibilidade diminui a ponto de impossibilitar uma possível construção de saberes que transforme positivamente essa visão equivocada e heteronormativa que a sociedade tem reproduzido ao longo do tempo.

Contudo, essa manifestação contemporânea mostra o quanto a escola caminha como lugar de resistência frente às temáticas mobilizadoras de debates e pautas de objetos de aprendizagem na sala de aula. Falar de gênero e sexualidade na escola não é aflorar a sexualidade humana, não é promover o fim das famílias tradicionais, não é definir posturas e muito menos ir contra princípios, dogmas ou crenças religiosas. Pelo contrário. Uma vez que abrimos espaço e nos propomos a debater gênero e sexualidade no ambiente educacional,

estamos questionando a diferença salarial para homens e mulheres no mesmo emprego, refletindo sobre a negação de possibilidades de cargos de direção para um desses sexos, compreendendo porque há pouca representatividade da figura feminina na política, ao mesmo tempo em que indagamos porque as mulheres sofrem tanto assédio e são tão violentadas diariamente.

É para falar desses atores e dos espaços sociais dos quais são excluídos que a Sociologia, enquanto componente curricular presente na matriz curricular da educação básica, se mostra tão potente e fundamental para que se cumpra os “princípios epistemológicos do estranhamento e desnaturalização” propostos por Moraes (2010, p. 45).

Voltamos a ressaltar que os espaços escolares estão ocupados por uma heterogeneidade de grupos a partir de sua origem social, etnia, gênero, renda, cultura. No meio deles, encontra-se uma disciplina que entra em constante choque com o senso comum e que serve de suporte para exemplificar conceitos teóricos a partir de comportamentos, atitudes e eventos com recorte proximal à realidade cotidiana onde esses(as) alunos(as) estão inseridos(as).

Estamos falando da Sociologia, uma componente curricular que, na visão de Rossi (2017, p. 153), revela uma particularidade, pois envolve uma grande diversidade de temas presentes no dia a dia escolar das e dos estudantes, ou seja, a disciplina consegue dialogar direta ou indiretamente com outros campos do saber, a começar com o próprio senso comum. A autora reforça que o conhecimento sociológico na educação básica deve ser ensinado usando métodos e obedecendo aos rigores científicos, porém, não podemos insinuar que estamos só formando pessoas que no futuro exercerão o ofício profissional de socióloga ou sociólogo.

Entendemos que a Sociologia se destaca por ser uma disciplina que se preocupa em fornecer os referenciais teóricos e a formação mínima desejada para aprender a lidar com as diferentes realidades no universo escolar. Novamente, sem querer atribuir a essa disciplina todo peso e responsabilidade por tal feito, creditamos a ela o desenvolvimento da reflexão durante o ato de ensinar para que estudantes aprendam na experimentação cotidiana a tratar questões sociais contemporâneas.

Por sua vez, ela possivelmente seja uma das poucas componentes ofertadas que, de forma cuidadosa, ousada e preocupada em cumprir com as recomendações estabelecidas pelos marcos legais e referenciais, toca em temas muitas vezes tidos como controversos.

A sociologia é uma disciplina que abre espaço para o questionamento de estruturas já postas; é, sim, vista como ameaça por aqueles que querem a permanência desses sistemas. A

disciplina tem sua permanência nas salas de aula vez por outra ameaçada, quando não retirada. Essa exclusão da disciplina historicamente ocorre quando o sistema político vigente tenta trazer para a sociedade as normatizações de comportamento e pensamento. Uma estratégia para que essas normatizações se concretizem é começar pelos jovens. A sociologia, nesse caso, acaba perdendo espaço nas escolas, por se contrapor enquanto matéria ensinada a esse pensamento linear. Esse tipo de “função” dada a sociologia, faz com que ela se torne alvo desses sistemas e seu ensino seja questionado.

Conforme Mota (2005), o ensino da sociologia

[...] é posto, então, num ambiente que, a despeito das mais nobres intenções de formar adolescentes e jovens numa perspectiva de enfrentamento com a realidade social, como têm sugerido os argumentos mais frequentes a seu favor, contém em si tanto possibilidades de uma “visão harmoniosa do mundo”, na qual não há questionamentos sobre os fundamentos da ordem social quanto de uma educação emancipadora, tendência que, ao contrário, busca justamente compreender e transformar a ordem social injusta para as maiorias sociais (MOTA *apud* HONORATO, 2009, p.276).

A Sociologia, enquanto disciplina, não é fechada, nem tampouco limita o espaço de aprendizagem, já que os alunos podem associar os conteúdos aprendidos a sua própria realidade, ou até mesmo o professor pode contextualizar a partir da realidade dos jovens educandos. Devido a isso, ela vai fazer com que as estudantes e os estudantes possam questionar o meio em que vivem, ou a forma como aprendem, pois não há na Sociologia uma forma linear de pensamento sobre as diversas representações sociais.

Realizamos uma consulta nos documentos publicados pelo Ministério da Educação (MEC), antes da obrigatoriedade da Sociologia, após a publicação da lei que a inclui no currículo escolar do Ensino Médio, até o mais recente, que é uma espécie de referência nacional comum e obrigatória para a elaboração dos seus currículos e propostas pedagógicas. Os documentos examinados foram: Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM), Coleção Explorando o Ensino - Sociologia e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em posse do material, verificamos as incidências das palavras gênero e sexualidade contidas nas obras, de forma a constatar se eles apresentam alguma definição específica para tais temas e a partir deles como devem ser trabalhadas em sala de aula.

De todos os textos analisados, constatamos que as OCNEM sugerem o desenvolvimento da prática do respeito às diferenças culturais, étnicas, de gênero, religiosas e políticas, como elementos básicos para a aprendizagem do conceito de cidadania. Recomenda incluir no programa da disciplina, além das temáticas aqui supracitadas, outras com o mesmo

grau de importância para a formação humana, tais como: questão racial, etnocentrismo, preconceito, violência, meio ambiente, cidadania, direitos humanos, religião e religiosidade, movimentos sociais, meios de comunicação de massa, dentre outras.

Na Coleção Explorando o Ensino - Sociologia, encontramos um rico material com aporte científico-pedagógico, contemplando teórica e metodologicamente temas geradores de reflexões na grande área de conhecimento das Ciências Humanas, dando ênfase à Sociologia.

Já a BNCC instiga a formação de núcleos de estudos para que os mesmos desenvolvam estudos e pesquisas relacionados à juventude, diversidade, sexualidade, mulher, juventude e trabalho etc.

A pesquisa “Perfil dos Professores Brasileiros”, realizada pela UNESCO, em 2002, com 5 mil professores da rede pública e privada, revelou, entre outros pontos, que para 60% deles é inadmissível que uma pessoa tenha relações homossexuais e que 21,2% deles tampouco gostariam de ter vizinhos homossexuais.

Outra pesquisa também realizada pela UNESCO em 13 capitais brasileiras e no Distrito Federal forneceu dados muito importantes, como uma alta porcentagem de professores que não sabem lidar com alunos homossexuais (30 a 47%); que consideram a homossexualidade uma doença ou um desvio de personalidade (20% em Fortaleza); estudantes que não gostariam de ter colegas de classe homossexuais (no caso de Fortaleza, 44%) e pais de que não gostariam que seus filhos estudassem com alunos homossexuais (60% em Fortaleza).

Perante o explanado, salientamos que é no cotidiano da sala de aula que as reflexões provocadas pela Sociologia se tornam vitais para entender a dinâmica de alguns processos, além de auxiliar a discente e o discente no exercício da cidadania. De fato, a Sociologia é uma disciplina que agrega conhecimento à vida do(a) aluno(a), para que ele(a) possa pensar-se enquanto sujeito atuante. Todavia, o caráter questionador e investigativo da Sociologia desestabiliza as convicções e verdades providas do senso comum. Por essa razão, ela acaba se tornando uma disciplina não muito receptiva pelo(a) estudante, pois ela começa a afastá-lo(a) do universo de certezas e saberes populares que muitos portam para escola.

Ainda assim, por mais que compreendamos que o ensino de Sociologia e o olhar crítico para as discussões atuais colaboram para a ampliação da qualidade do ensino brasileiro, atualmente estamos vivenciando o processo de implantação do que convém chamar de novo Ensino Médio, fruto da reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 13.415/2017, que alterou e estabeleceu uma mudança na estrutura dessa etapa de ensino da educação básica. Uma delas é voltada à oferta da Sociologia, cujo teor do

documento destaca que ela, assim como outros componentes curriculares, podem aparecer em uma das séries do Ensino Médio conforme Art. 35-A, § 2º da LDB.

Diante do exposto, é importante evidenciar que o atual cenário está marcado por incertezas reais dessa nova política educacional, atrelada à economia mundial, onde os interesses dos institutos, das grandes empresas e corporações, encontram na educação um rentável mercado. Por isso estão cada vez mais presentes e enraizados nas secretarias estaduais e municipais, orquestrando e ditando as regras que estão nos conduzindo a um caminho de retrocesso.

Isso só reforça a necessidade de atentarmos e nos mobilizarmos frente a essa possível diluição e cancelamento da Sociologia na escola. Se ela for dissolvida ou apagada dos currículos escolares, certamente as questões ligadas a gênero e sexualidade também tenderão a desaparecer, já que não encontrarão mais margem ou abertura para o debate na sala de aula. Porém, é importante deixar claro que a Sociologia deve dar a sua parcela de contribuição, mas não ser a encarregada ou incumbida de todo esse processo de maneira apartada.

No que concerne ao percurso metodológico da pesquisa, destacamos que o *locus* majoritário da investigação de campo foram escolas públicas estaduais de Ensino Médio que integram a área de acompanhamento da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), unidade 8, localizada na cidade de Baturité. O Maciço de Baturité é uma das regiões do estado do Ceará localizada no sertão central, composto pelos municípios de Baturité, Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara.

Na região do Maciço, existem atualmente 16 Escolas Regulares de Ensino Médio em Tempo Parcial (EEM), 2 Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), 5 Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), 1 Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e 1 Escola Indígena. Desse quantitativo, 18 delas fizeram adesão ao Programa Novo Ensino Médio do Governo Federal e iniciaram em 2019 um processo de construção de uma Proposta de Flexibilização Curricular (PFC), a partir de mudanças recentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e da elaboração dos objetos de aprendizagem para o Ensino Médio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Devido à grandeza territorial da região, a quantidade de cidades, de escolas, um imperante e exíguo tempo, dentre outros elementos presentes no processo de busca de informações, selecionamos diferentes procedimentos metodológicos, julgados ideais para a pesquisa. Posto isto, optamos por aplicar o instrumento questionário virtual para a coleta dos

dados somente nos estabelecimentos de ensino situados na cidade de Redenção. Dentre as razões pelas quais escolhemos o referido município, elencamos as seguintes: a prevalência de três formatos diferentes de escolas, a presença de uma universidade pública federal instalada na cidade e os índices de aprendizagem nas avaliações nacionais externas de uma das instituições selecionadas.

Autores como Faleiros *et al.* (2016, p.5) apresentam alguns fatores que descrevem o uso desse instrumento e como ele vem sendo adotado por pesquisadoras e pesquisadores na atualidade, com o acesso crescente à internet em todo o mundo. Sendo assim, as pesquisas com o uso do ambiente virtual mostram-se como uma tendência atual para a coleta de dados, utilizando a internet como recurso auxiliar de troca e disseminação de informações, possibilitando a melhoria e a agilidade do processo de pesquisa, permitindo o contato rápido e preciso com os indivíduos participantes do estudo.

Quanto à caracterização do tipo de pesquisa, o desenho metodológico adotado foi pesquisa explicativa. Ele nos ajudou a tornar inteligíveis o alcance da Sociologia no processo de ensino e aprendizagem na educação básica e suas interfaces nas discussões das temáticas gênero e sexualidade.

Ao todo, participaram da investigação de campo um total de 211 estudantes da 3ª série do Ensino Médio, com idade entre 16 e 17 anos, dos quais 98 são homens e 113, mulheres. A definição dos(as) educando(as) da 3ª série como participantes e interlocutores(as) do nosso grupo amostral levou em conta alguns critérios, tais como: ter estudado Sociologia durante toda a Educação Básica, estar prestes a finalizar um ciclo formativo, estar apto(a) a prestar o ENEM e apresentar entendimento do que representa a escola e como se constituem as relações estabelecidas nela.

No panorama dos primeiros achados, os dados revelaram que as temáticas gênero e sexualidade, ao passo que despertam interesse entre os jovens, gera também polêmica quando circula entre os conteúdos expostos em sala de aula. Elas contrastam com o senso comum quando são abordadas e, por essa razão, exigem do profissional docente, além de um conhecimento teórico capaz de gerar aprendizagem, a introdução de metodologias atrativas como suportes para exemplificar conceitos a partir de comportamentos, atitudes e eventos com recorte proximal à realidade cotidiana onde esses(as) alunos(as) estão inseridos(as). Para Rego (2006, p. 14), essas medidas visam despertar o interesse dos(as) alunos(as) revelando a real significação e utilidade dos aportes teóricos necessários para a compreensão da realidade social.

O questionário mostrou que nas aulas de Sociologia onde foram trabalhadas questões ligadas a gênero e à sexualidade, estas temáticas aparecem como as mais citadas pelos estudantes, que relataram por qual motivo esses temas teriam sido recordados por eles(as) como importantes no Ensino Médio.

Gênero e sexualidade. É algo que todos falam usando o senso comum e que é alvo de constante preconceito (SUJEITO A, 2019);

Gênero, sexualidade e feminismo. Porque estão sendo visto e vivido pela a sociedade atual, e podemos compreender perfeitamente a posição de cada indivíduo da sociedade sobre esse assunto e os alunos podem expressar o seu ponto de vista sobre o que está sendo estudado (SUJEITO A1, 2019);

Sobre gênero e sexualidade. Porque demonstra que não podemos nos considerar ser humano perfeito se não acabar com o preconceito com o outro (SUJEITO A2, 2019);

O assunto que mais me chamou atenção foi a diversidade. Porque ainda não é muito tratado nas salas de aula (SUJEITO A3, 2019).

Ainda com base no resultado da pesquisa, apuramos que os(as) jovens reconhecem a necessidade da abordagem de conteúdos envolvendo temas relacionados ao gênero e à sexualidade por entenderem que ajudariam a superar o discurso vazio de “referências indispensáveis para promover a desnaturalização e estranhamento”, como defendem Moraes e Guimarães (2010, p. 45).

Dentre as respostas catalogadas, encontramos uma que para nós, pesquisadores, simbolizou um tipo de desabafo. E isso foi bem diferenciado, pois no formulário *online*, destinamos poucas opções de perguntas abertas. Todavia, ela contém elementos tão marcantes que apresentaremos o trecho com as adaptações devidas:

Eu passei a vida sofrendo *bullying* na escola por causa do meu jeito afeminado. Pensei várias vezes em parar de estudar porque muita gente vivia dizendo as coisas comigo, me humilhando e fazendo hora com a minha cara<sup>1</sup>. [...] Toda vida que eu procurava a diretora ela dizia que ia falar com os meninos mas nunca vi ela fazendo nada. [...] Ela só lembrava de mim quando era para eu preparar coreografia para apresentar nas gincanas da escola. Eu fazia porque gostava [...] Quando a tia Verônica<sup>2</sup> ano passado falou de homossexualismo abertamente na aula de Sociologia, eu percebi que eu não era um erro. Terminou a aula e eu fui falar com ela e pedi para ela falar mais daquilo na classe pra mim aprender mais. (SUJEITO A4, 2019)

O relato espontâneo apresentado, mostra o poder de transformação que a Sociologia teve para esse aluno. Nele, encontramos as marcas da violência enfrentadas em sua fase

---

<sup>1</sup> Expressão coloquial muito usada no Ceará que tem como sentido empregado aqui no texto, ironizar, desdenhar.

<sup>2</sup> Adotamos um nome fictício em respeito a identidade da professora revelada.

estudantil, desde a negligência de acolhimento e providências por parte de um componente do núcleo gestor, bem como a situação de invisibilidade, na qual ele se via sendo lembrado apenas nos eventos festivos promovidos pela instituição. Foi graças ao empenho da professora, numa aula de Sociologia, que infelizmente só aconteceu na última série do Ensino Médio, mas que foi suficiente para que o estudante conseguisse se identificar como um ser humano com suas particularidades e idiossincrasias; a apreensão do conhecimento, a partir daquela aula, o levou a se posicionar criticamente, reconhecer seus direitos e deveres como cidadão, possibilitando, assim, uma mudança.

O material analisado nos viabilizou ainda constatar que a temática ganha o interesse de estudantes que se mostram atraídos(as) pelo estudo, por acharem que irão debater ou falar sobre assuntos que para eles(as) foi sinônimo de proibição durante a sua fase educacional. Por se tratar de uma temática que gera certas querelas, muitas vezes o trabalho em sala não é realizado porque o(a) próprio(a) docente não se sente confortável para ensiná-la, seja por carência de formação, decisão pessoal, princípios religiosos, dentre outros fatores que interferem na continuidade do processo de ensino e aprendizagem.

Quando se propõe o recorte de temas para o ensino da Sociologia, não se faz isso pensando analisar os chamados “problemas sociais emergentes” de forma ligeira e imediatista. Muitas vezes, sem se preocupar muito com o que vai ser analisado, o professor propõe: “Hoje vamos discutir um assunto muito importante: a sexualidade”, e a partir daí vai perguntando aos alunos o que eles acham disso ou daquilo. Assim, o que se tem no final é uma coleção de obviedades ou manifestações do senso comum. Ora, a Sociologia posiciona-se contra esse tipo de abordagem, e o recurso aos temas visa a articular conceitos, teorias e realidade social partindo-se de casos concretos, por isso recortes da realidade em que se vive (BRASIL, 2006, p. 120).

Logo, entendemos que as aulas de Sociologia que tencionam discutir questões como gênero e sexualidade servem para desconstruir estereótipos, marcadores e visões recrudescidas, tais como machismo e sexismo, que implicam ou estão diretamente ligados a essa cultura do não respeito às diversidades. Estudantes carecem de formação e de informações para aumentarem o seu repertório para que possam trocar conhecimento e mudar de opinião, consequência dos debates gerados na escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando trabalhamos gênero e sexualidade, estamos fortalecendo pessoas para que elas conheçam seus direitos e percebam-se como sujeitos responsáveis por suas relações e reflexões de suas práticas.

A Sociologia é uma disciplina com potencial para trabalhar essas questões com discentes, de forma a repercutir diretamente na comunidade escolar. Para tanto, a escola deve contar com recursos materiais e humanos suficientes para desempenhar esse trabalho. Compete à Secretaria da Educação Estadual fornecer insumos e oferecer momentos formativos para que a equipe tenha condições de trabalho e se sinta fortalecida para ampliar o debate com estudantes e com as famílias, como salienta Pimenta (2010):

O aprendizado dos papéis de gênero é um processo muito complexo que envolve muito mais do que as interações entre pais e filhos. Ele abrange não apenas os agentes de socialização primária, desde a mais tenra idade, mas também figuras de autoridade como professores, orientadores, profissionais, sacerdotes, entre outras, que procuram impor suas ideias acerca do comportamento de gênero apropriado às crianças. Além disso, a forma como o processo de socialização se dá no interior das relações familiares e, posteriormente, na educação escolar, será fundamental para o tipo de identidade de gênero que a criança desenvolverá em sua vida adulta (PIMENTA, 2010, p. 143).

Reconhecemos, portanto, que a escola, enquanto instituição formadora, cumpre um papel de mostrar às filhas e filhos de diferentes famílias que existem muitas outras formas de ser homem e de ser mulher. Para tanto, a Sociologia, bem como as demais componentes curriculares ofertadas na escola, devem assumir um compromisso de fazer com que o adolescente entre em contato com pessoas provenientes de famílias com valores diversos e aprenda a conviver numa relação de igualdade com as outras pessoas, haja vista que, quando aprendemos o significado e o funcionamento de conceitos como gênero e sexualidade, uma série de preconceitos perde força. Para que isso aconteça, o exercício da Sociologia é mostrar que existem muitas possibilidades e papéis na sociedade e que não necessariamente, um precisa valer mais que o outro.

## REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves. *et al.* A Pesquisa Sobre a História do Ensino de Sociologia no Brasil. In: CARUSO, Haydée; SANTOS, Mário Bispo dos. **Rumos da Sociologia na Educação Básica ENESEB 2017, Reformas, Resistências e Experiências de Ensino.** Porto Alegre: CirKula, 2019.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio.** Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146. Brasília, 21 de dezembro de 2017b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1998.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 426p.

DAYRELL, Juarez. **A escola como espaço sociocultural**. In: \_\_\_\_\_ (org) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2ª. reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001

DELORS, J. *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 1998.

FALEIROS, Fabiana *et al.* **Uso de Questionário Online e Divulgação Virtual Como Estratégia de Coleta de Dados em Estudos Científicos. Texto & Contexto - Enfermagem**. Florianópolis, v.25, n.4, e3880014, 2016. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072016000400304&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072016000400304&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 jan. 2021.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. **Reflexões Sobre a Sociologia na Educação Básica em Tempos de Retrocesso**. In: CARUSO, Haydée; SANTOS, Mário Bispo dos. **Rumos da Sociologia na Educação Básica ENASEB 2017, Reformas, Resistências e Experiências de Ensino**. Porto Alegre: CirKula, 2019.

JUNQUEIRA, Marili Peres. **GÊNERO E A SEXUALIDADE, o ensino de Sociologia e o**: In: BRUNETTA, Antônio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro (org.). **Dicionário do Ensino de Sociologia**, 1. ed. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020, 471p.

MARTINS, Rogéria. OLIVEIRA; Luiz Fernandes de. **As Modalidades Diferenciadas de Ensino e a Sociologia: Muitos Diálogos Urgentes a se Estabelecer Para o Fazer Sociológico na Educação Básica**. In: CARUSO, Haydée; SANTOS, Mário Bispo dos. **Rumos da Sociologia na Educação Básica ENASEB 2017, Reformas, Resistências e Experiências de Ensino**. Porto Alegre: CirKula, 2019.

MEUCCI, Simone. **Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia**. **Revista Brasileira de Sociologia**, Sergipe, v. 2, n. 3, jan./jun. 2014.

MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. **Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia**. In: BRASIL. **Sociologia: Ensino Médio / Coordenação Amaury César Moraes**. 304 p.: il. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

MOTA, K.C.C da S **Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio as perspectivas de professores**. **Revista Brasileira Educação**, n. 29, maio/ago. 2005.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Diferença e Desigualdade**. In: BRASIL. **Sociologia: Ensino Médio / Coordenação Amaury César Moraes**. 304 p.: il. (Coleção Explorando o Ensino; v. 15). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

REGO, S. Sociologia e Ensino Superior: novos rumos!?. **Revista Enfoque** - Universidade Candido Mendes - Nova Friburgo, v.1, p. 27-30, 2006. Disponível em: [http://www.sbSociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=1218&Itemid=171](http://www.sbSociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1218&Itemid=171). Acesso em 29 jan. 2021.

ROSSI, Laura Almeida Braga. Desafios do ensino de Sociologia na escola pública brasileira: um olhar a partir de resultados da avaliação em larga escala. In: SILVA, Ielzi Luciana Fiorelli. (Org.); GONÇALVES, Danyelle Nilin. (Org.). **A Sociologia na Educação Básica**. 1. ed. . v. 1. 402p. São Paulo: AnnaBlume, 2017.

SOARES, Zilene Pereira e MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista** [online]. 2019, v. 35, n. 73. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.61432>. Acesso em: 24 mai. 2021

SOUZA, Tatiele Pereira de *et al.* “PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO”: reflexões sobre a cidadania e o trabalho docente. In: Bodart, Cristiano das Neves (Org.). **Sociologia e Educação: debates necessários**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2019.